



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

A “Metrópole do Oriente da América”: “Utopia” e Modernidade na Natal de Manoel Dantas (1909)

Autores:

Yuri Simonini - UNI-RN - ysimonini@gmail.com

Angela Lúcia Ferreira - UFRN - angela.ferreira@pq.cnpq.br

Giovana Paiva de Oliveira - UFRN - giovanaufrn@gmail.com

Resumo:

Em conferência proferida no dia 21 de março de 1909, Manoel Dantas, proeminente intelectual norte-rio-grandense, prenuncia o futuro reservado à, então, pacata Natal. Ao misturar ideais imaginários e concretos, narra fantástica transformação física da cidade em cinquenta anos quando, por grandiosa infraestrutura possibilitada pelas inovações tecnológicas, se tornaria uma das maiores metrópoles mundiais. A partir da visão de Dantas sobre a Natal de 1959, suas motivações e a relação para com a cidade existente em 1909, pretende-se possibilitar discussões a respeito da ideia de tempos em transformação e sua ligação com a utopia. O texto exposto e as notícias dos jornais da época, revelam o importante papel de arauto da modernidade que o palestrante assumia, clamando as elites locais a apoiar o processo, dispendioso, mas promissor, de mudança em curso. Assim, Dantas foi capaz de conceber uma interpretação utópica singular, cuja narrativa arrebatadora se funde aos desejos da Natal moderna.

A “METRÓPOLE DO ORIENTE DA AMÉRICA”

“Utopia” e Modernidade na Natal de Manoel Dantas (1909)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Entre 1853-70, quando o Barão de Haussmann encetou as obras de intervenção no tecido urbano e nas edificações de Paris, ele promoveu não somente transformações na capital francesa, mas a tornou referência mundial. Suas ideias reverberaram para outras cidades no final do século XIX e início do XX. Em paralelo, esse período é considerado pelos pesquisadores como a “Era de Ouro” da Europa. Nome (ou alcunha) que se deve ao relativo período de paz, mas, sobretudo devido ao impacto positivo das inovações tecnológicas no cotidiano como o telefone, o cinema e a fotografia que instilaram os mais diversos intelectuais a sonharem um novo mundo moderno e veloz, sob a égide da eletricidade. Nesse contexto, a cidade passava a contar com os novos saberes dos arquitetos e dos engenheiros que se tornariam os “[...] agentes principais en el urbanismo moderno, [e] propondrá soluciones basadas en la técnica para resolver los problemas sociales que la fusión entre lo urbano y la revolución industrial había creado” (FRAGO CLOLS; MARTINEZ-RIGOL, 2016, p.9).

Esses pressupostos também seriam basilares nas intervenções e projetos urbanos no Brasil, onde as cidades de aspecto coloniais, começaram a ser vistas como inadequadas aos olhos de suas elites. Das cidades planejadas do final do século XIX, o Rio de Janeiro, com as reformas de Pereira Passos entre 1903 e 1906, se tornaria ícone maior de concretização do desejo de mudanças no país. Esse constitui o momento que possibilitava enxergar como possível uma transladação imaginada, ou seja, o ideal de modernização.

Neste contexto geral, em 21 de março de 1909, o jornalista, advogado e um dos mais proeminentes intelectuais e políticos do seu tempo, Manoel Gomes de Medeiros Dantas (Figura 01), proferiu em Natal uma conferência para 240 pagantes, que misturava ideais modernos, futuristas e fantásticos em alusão ao futuro reservado à capital potiguar, ou melhor, à uma “Cidade triste e humilde,



Figura 01 – Autorretrato de Manoel Dantas e da esposa, D. Chiquinha. A paixão pela fotografia sempre foi uma marca do conferencista.

Fonte: Perigo...2009.

menor que qualquer aldeia europeia” (CASCUDO, [1947], 1999, p. 61)¹. Dantas à época, mantinha também residência na, então, capital do país devido as suas atividades profissionais como advogado e assessor parlamentar no Congresso Nacional. Em Natal, desempenhava o papel de articulador político, responsável pela propaganda republicana e editor-chefe do “A República”, jornal oficial do governo estadual e representante das elites dirigentes, no poder desde 1889, da qual era aliado. Em uma de suas estadias em Natal, enunciou a palestra a convite do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte.

A conferência, realizada um mês depois da veiculação do Manifesto Futurista de Fillipo Tomasso Marinetti, foi posteriormente transformada em livreto com o título “Natal d’aqui ha Cincoenta annos” (Figura 02)². A aventura, teor que ele mesmo deu a sua narrativa, se colocava com a perspectiva de se efetivar ao longo de uma viagem da origem (mítica) da cidade ao futuro que teria, num segundo momento, um salto de 50 anos. Ao trazer à tona, portanto, a visão de Manoel Dantas sobre a cidade do Natal em 1959, suas motivações e a relação para com a cidade existente em 1909, tem-se a intenção de subsidiar a pertinência do tema nas novas discussões pautadas na ideia de tempos em transformação e sua ligação com a utopia. Essas inquietações retomam trabalhos anteriores, amparadas, agora, pelos debates no âmbito do *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*, ocorrido em 2016.³

Constitui-se fontes documentais além da mencionada palestra, jornais de circulação local e crônicas memorialísticas do período. Ademais, utilizou-se bibliografia pertinente no sentido de contextualizar o momento socioeconômico, cultural e, sobretudo, político em questão, assim como para auxiliar na compreensão da cidade concreta existente à época. Para apresentar as reflexões geradas a partir da análise pretendida, o trabalho se divide em três itens. O primeiro aborda as



Figura 02 – Frontispício da publicação da conferência

Fonte: Acervo HCUrb

¹ Além das atividades citadas, Dantas ainda foi político, juiz, educador e precursor dos estudos etnográficos e do folclore no estado do Rio Grande do Norte. Ocupou os cargos públicos como Inspetor de Instrução Pública, vice-governador (1904-1906), governador interino, Magistrado e professor. Foi editor do Jornal “A República” e fundou o Diário de Natal. Em 1923, foi Intendente Municipal da cidade, falecendo um ano depois. Convencionou-se, aqui, adotar colchetes o ano original de publicação e, em seguida, o ano da reedição da obra. A ortografia e a pontuação das citações ao longo deste trabalho foram atualizadas de acordo com os documentos originais, inclusive os eventuais erros tipográficos e de redação, desde que não comprometam o entendimento do texto.

² O Manifesto Futurista, elaborado pelo filósofo, jornalista e ativista político, foi publicado no jornal francês “*Le Figaro*”, em 20 de fevereiro de 1909.

³ OLIVEIRA, Giovana Paiva. A conferência de Manoel Dantas: a elite natalense construindo a imagem de cidade moderna. In FERREIRA, Angela; DANTAS, George (Org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna, Natal (1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006, p.121-136; FERREIRA, Angela L.; OLIVEIRA, Giovana P. ; SIMONINI, Yuri. A Utopia de Manoel Dantas: a ideia de modernidade na construção de Natal/RN - Brasil, na primeira metade do século XX. In: *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. Anais eletrônicos...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. v. 1. p. 1-24.

condições físico-espaciais da capital potiguar, enfatizando as tensões entre o ideário de modernidade almejado pelas elites e a cidade existente e, posteriormente, sob intervenção. Em seguida, insere esse contexto dentro da fala inicial de Dantas e seu papel nesse processo. Por último, estabelece as relações entre “utopia” e modernidade na Natal de 1959, constantes na parte final da conferência.

A MODERNIDADE SE CONSTRÓI E ALICERÇA A QUIMERA DE DANTAS

Durante o período colonial, Natal sempre foi citada como ponto estratégico para defesa do território, apesar de sua reduzida população e pouca importância no cenário político nacional. A cidade atravessou quatro séculos sendo capital do Rio Grande do Norte, sem exercer, com plenitude, esta função, – consequência de sua pouca integração física ao restante da província –, desempenhando papel inexpressivo na dinâmica econômica e política até meados do século XIX.⁴

A alternativa para a redenção econômica local, particularmente da atividade comercial, consistiria na melhoria do acesso rododiferroviário e das instalações físicas do aparelhamento do porto da cidade, aspectos fundamentais nesse processo. O mar sempre foi considerado como a principal saída para superar o seu isolamento físico-territorial histórico, o que permitiria superar o estado letárgico e transformá-la na idealizada cidade mundial, de acordo com a visão de suas elites. Em 1890, as limitações de contato com o interior foram resolvidas com o atendimento às exigências da construção de uma estrada carroçável entre as cidades de Natal e Macaíba, evitando os morros e contornando-os pela margem do rio Potengi.

Acreditava-se que a construção de estradas de ferro se viabilizaria a partir da criação das vias de circulação marítimas e terrestres, que trariam como consequência direta a vinda de comboios de algodão, açúcar, couros e cereais das áreas produtoras, que “atravessando as ruas desertas e tristes desta capital [determinariam] uma [...] grande revolução [...]. Esta cidade, para deixar de ser um viveiro de funcionários, para sair da apatia em que vegeta, precisa antes de tudo, de medidas que favoreçam o comércio” (A REPÚBLICA, 1889, p.4). Dessa forma, Natal assumiria o papel de principal entreposto comercial do Rio Grande do Norte.

Com a proclamação da República em 1889, a família Albuquerque Maranhão, oligarquia cujo poder econômico-político estava sediado no litoral e se vinculava à produção do açúcar, assumiu a direção administrativa estadual e iniciou uma série de investimentos e ações políticas que indicavam as intenções de romper o ciclo pouco dinâmico em que a capital se encontrava. Na primeira década do século XX, as ideias republicanas do progresso e da modernidade foram incorporadas às preocupações dos grupos dominantes e se expressava nas ações promovidas, nas políticas adotadas, nas prioridades escolhidas, nos documentos oficiais, nas publicações da imprensa local e nos discursos de suas lideranças políticas e intelectuais. Essas ações levariam a modernização da cidade e a negação de sua característica colonial,

⁴ A perda da função de capital pairava sobre Natal para outras localidades mais acessíveis, como a cidade de Macaíba e a localidade conhecida como Guarapes. Em 1872, o debate foi levado à Assembleia Provincial e somente com as iniciativas políticas para a criação de vias de comunicação e de penetração e as diversas intervenções na cidade permitiram a manutenção de Natal ao seu *status quo* de capital da província.

destruindo a parte física representativa de seu passado e buscando substituir costumes de uma vida provinciana.

A descrição da cidade por Policarpo Feitosa⁵, na virada do século XIX para o XX, permite um olhar sobre a situação de Natal no início do século e os desafios que seus governantes deveriam enfrentar:

Modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria, [que] parecerá mais uma vila pacata de interior do que uma capital marítima (FEITOSA, [1899], 200-?, p.12).

Tratava-se do discurso representativo de parcela privilegiada da sociedade potiguar, insatisfeita com as feições urbanas da cidade naquele período (Figura 03). Nela, veem-se as “indesejáveis” casas de aparência colonial, além das “ruas impossíveis” e sem calçamento. Ao rejeitarem este que lhes parecia um cenário desolador, as elites locais, após a adesão republicana, iniciaram ensejos para transformar o que consideravam uma cidade “pacata”. Constituída, principalmente, por famílias não natalenses, a riqueza proveniente da atividade pecuarista (antes predominante) e da, agora, cana-de-açúcar permitiu aos filhos dessas elites estudarem na capital e ingressarem nas faculdades de Direito e de Medicina localizadas em Recife, Salvador e no Rio de Janeiro.



Figura 03 – Natal, 1904. A imagem coaduna com as palavras de Feitosa: “vila pacata de interior”.

Fonte: BOUGARD, 1904. Acervo IHGRN.

⁵ Feitosa era, na realidade o pseudônimo de Antônio José de Melo e Souza, governador do estado em duas ocasiões: entre 1907 e 1908 e 1920 e 1924.

Formados bacharéis ou médicos em sua maior parte, regressavam à Natal não somente para ocupar cargos políticos e administrativos municipais e estaduais, mas também chegavam para implantar as ideias de uma reconhecida “civilização e progresso”, originárias nos países europeus. Percebe-se nessa insatisfação o surgimento de um perfil de elite conectada com as mudanças em curso no Brasil e no mundo. Sem o conhecimento aprofundado da realidade e desprovido de um pensamento crítico, este ideário não levava em consideração a necessidade e o alcance de sua absorção pela sociedade (população em geral) ou pela cidade concreta (espaço construído).

Criou-se assim, a imagem de que tudo deveria ser “novo” ou “moderno” e parecia ser a solução mais adequada à satisfação dos anseios locais, mesmo que as condições materiais não correspondessem ao que existia na cidade. Afinal, assumiu-se a consciência do “novo”, das mudanças estéticas e expressão artística e intelectual de um projeto histórico chamado “modernidade”. Pode-se igualmente ver, nesse momento, a construção do significado da cidade moderna, para a qual a elite teria que enfrentar o desafio de transformar a capital rumo ao futuro, ao longo do século XX. Nesse sentido, as grandes mudanças no espaço, na vida urbana e no cotidiano das pessoas concorreram para os diversos esforços empreendidos por parte da administração pública para dotar a cidade de melhoramentos e aformoseamentos a partir de meados do século XIX e, às portas do novo século, ouvir o “[...] apelo por parte dos reformadores para que afrontasse força imperiosa de uma natureza que se manifesta de diversas formas, barrando o progresso” (ARRAIS, 2006, p.123).

A oligarquia governante – no poder desde 1889, conforme mencionado anteriormente – vinha realizando obras públicas, principalmente, na infraestrutura física de Natal, priorizando investimentos os quais condicionaram a transformação da cidade (Figura 04) e permitiram o início do desenvolvimento de importantes atividades econômicas. Foi, no entanto, no segundo mandato de Alberto Maranhão (1908-1913) – dentro destes vinte e cinco primeiros anos da República sob o comando dessa família – que tais intervenções ganharam impulso, ao enfatizar aspectos estéticos, sanitários e urbanos:

Resolveram problemas de insalubridade; assegurando a limpeza e o asseio das ruas, calçadas, fachadas e muros; alinhando e calçando ruas; introduzindo no cenário urbano o sistema de abastecimento de água e esgoto, iluminação (inicialmente com gás acetileno, depois elétrica), transportes (bondes), comunicação (telégrafos e telefonia); dotando a cidade de infraestrutura urbana geral (escolas, hospitais, cadeia pública, bancos, teatro, cinema); reconstruindo edifícios e executando as obras do porto de Natal (OLIVEIRA, 2006, p.111).

Essas ações se concretizaram na criação do terceiro bairro, o então denominado Cidade Nova, em 1901 (que serviu de base imagética da conferência, discutida mais adiante), na construção de diversos prédios públicos em estilo eclético, como o prédio do Tribunal de Justiça (1906) e o Teatro Alberto Maranhão (1908), na transformação do extenso alagado na Praça Augusto Severo (1904), na reforma do palácio do governo (1902), entre outros. No plano da infraestrutura básica, destaca-se, a cidade teve diversas ruas calçadas em paralelepípedo e, a posteriori, com a chegada da energia elétrica, a

consequente implantação dos bondes elétricos (ambos em 1911), além da modernização do seu porto, a partir de 1903 e da implantação da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte (1906).⁶



Figura 04 – Avenida Tavares de Lyra, década de 1920. O ideal das elites se transvestiu nas realizações materiais de uma cidade dita moderna.

Fonte: Natal, ontem e hoje, [s.d.].

Os inúmeros obstáculos causados por uma frágil e vulnerável economia mercantil agroexportadora induziu a que os intentos de modernizar os espaços da capital, assim como investir em infraestrutura no interior do estado, levassem o governador Alberto Maranhão, em 1908, a recorrer a empréstimos estrangeiros – bastante elevados e amortizáveis em 37 anos –, particularmente junto a banqueiros franceses (OLIVEIRA, 2006). Tal captação de recursos exacerbou a dívida pública e, ao mesmo tempo, aguçou a emergência de condições favoráveis ao surgimento de uma crise política e financeira, vivida até meados da década de 1920. Essa conjuntura vivida na primeira década do século XX, alimentada e reforçada pelas contínuas críticas de outros grupos políticos em ascensão, foi um dos fatores que induziu a derrocada da oligarquia Albuquerque Maranhão. Importantes polêmicas, colocadas por lideranças oposicionistas e instigadas pela imprensa local, diziam respeito às consequências socioespaciais geradas pelas mencionadas melhorias físicas que levaram o afastamento de equipamentos “indesejáveis” das áreas centrais, destruição de casebres, imposição da estética e a elitização de bairros que resultaram na “expulsão” de parcela da população, menos favorecida, para a periferia da cidade de então.

⁶ Diversos trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb), vinculado ao Departamento de Arquitetura da UFRN abarcaram as transformações físicas da cidade. Cf. < <http://hcurb.ct.ufrn.br/>>, em especial as seguintes pesquisas: OLIVEIRA, 2000; FERREIRA e DANTAS (org.), 2006; FERREIRA, EDUARDO, DIAS e DANTAS, 2008; NOBRE, PEREIRA e RIBEIRO, 2008; MEDEIROS, FERREIRA e DANTAS, 2012; SIMONINI, 2014.

O CONVITE DE MANOEL DANTAS A UM “PIC-NIC NO PERIGO IMINENTE”

Sobre esse contexto e condições históricas se assenta o discurso de Manoel Dantas. Personagem histórico e influente porta-voz de uma parte da elite local (Figura 05), Dantas se alinhava à oligarquia da qual pertencia, ocupando importantes cargos jurídicos e políticos, como representante da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (1891-1897) e Intendente Municipal (1923-1924). No momento de sua conferência, era Procurador-Geral do Estado (1908-1910) e exercia, como mencionado anteriormente, o papel de responsável pela propaganda republicana, como editor-chefe do principal jornal da cidade e órgão oficial do governo do estado. Em suas falas e escritos, enaltecia o grande articulador político do grupo, o Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, falecido em dezembro de 1907. Foi justamente na ausência dessa liderança que o bloco no poder passou a ter necessidade de reestruturar os seus quadros para reafirmar sua força política e enfrentar os críticos e os opositores.



Figura 05 – Banquete das elites norte-rio-grandenses, início do século XX. Em primeiro plano, à esquerda, Manoel Dantas.

Fonte: PERIGO..., 2009.

A defesa velada das ações realizadas pelo governo do estado, e conseqüentemente do grupo político que o sustentava, se manifesta no discurso proferido. Para apresentar a sua argumentação, evidencia-se uma narrativa que se organizou em três momentos, com intenções diferentes: ridicularizar a oposição, contrária aos feitos benéficos transformadores da cidade; reescrever mitos históricos que sugeriam o destino de Natal e; construir o futuro, fazendo uso das possibilidades apresentadas ou imaginadas pelas inovações tecnológicas.

Assim, inicialmente, o conferencista revida os críticos com uma linguagem ferina e prolixa, usando estrategicamente a retórica e seu vasto conhecimento idiomático (inglês, francês e latim), a fim de conclamar seus “gentis ouvintes” a se fazerem cúmplices de seu desprezo pelo jornal oposicionista,

denominado “O Bloco”. A esses, com certo gracejo disfarça ameaças de confronto físico: “Charges contínuas têm mais de uma vez chegado a mostarda ao nariz deste pacato representante das letras potiguares que, se fosse dado à esgrima e não temesse o art. 307 do Código Penal, já teria inspecionado as banhas do conselheiro... na ponta de espada” (DANTAS, 1909, p.6). Era o desejo de eliminar o outro, o contrário e, ao mesmo tempo, aceitar o aparato de regras jurídicas que a República havia criado para se estabelecer enquanto regime de governo democrático. Não poderia, por força das leis, dar cabo ao seu intento, mas simulava, em um “teatro sem lugar”, a encenação que marca a posição de quem domina (FOUCAULT, 1984, p.25). Esse momento vivido no Salão de Honra do Palácio do Governo, local em que se realizava a palestra, se apresenta na forma de um ritual. Como quem tem o poder de escolher as regras, Manoel Dantas, recorre a lembranças e marca a magnitude do seu discurso e de suas ideias no corpo do adversário, talvez na expectativa de dobrá-lo à sua vontade.

O autor busca, no passado, elementos para respaldar historicamente sua visão de futuro e dar credibilidade as imagens criadas. A exaltação do legado servia, portanto, para “assinalar o momento em que a época moderna estava prestes a transformar”, ou seja, a tradição que estava próximo a se findar (ARENDR, 2001, p.53). Ora, “Natal já hoje é antiga e será eterna como o mundo, porque nasceu envolta pela lenda” (DANTAS, 1909, p.14).

A fim de preparar sua audiência para o que viria a seguir, Dantas reelabora, em um segundo momento, a versão mítica dos acontecimentos que levaram a fundação de Natal (com mais de trezentos anos de vida em 1909). Em sua alegoria, Jerônimo de Albuquerque, “[...] no intuito de fundar uma cidade cujo nome lembrasse o natalício de Jesus” foi guiado por uma criança para um ancoradouro seguro. O local escolhido se aproximava do ideal edênico, com florestas exuberantes virgens: “Havia a tradição de ser ali o paraíso escolhido pelo Senhor para lhes prestarem culto na terra” (DANTAS, 1909, p.14). Ademais, a dita criança alçou diversos personagens históricos ao panteão de heróis, como Felipe Camarão, André de Albuquerque, Juvino Barreto, Augusto Severo, Auta de Souza e Segundo Wanderley – todos ligados, de certa forma, ao grupo no poder –, selando em definitivo o destino da cidade às elites dominantes.⁷

⁷ Filipe Camarão (1591-1649) foi um índio brasileiro que nasceu no Rio Grande do Norte. Herói da Insurreição Pernambucana, "Capitão-Mor do índios", "Dom Filipe", "Cavaleiro da Ordem de Cristo" e "Fidalgo", títulos que recebeu do rei, por lutar na defesa do território brasileiro, contra o ataque dos inimigos <https://www.ebiografia.com/filipe_camarao/>; André de Albuquerque Maranhão (4/5/1775 –26/4/1817) nasceu em Canguaretama/RN e foi coronel, proprietário rural, republicanista, professor da Ordem de Cristo e considerado como revolucionário. Liderou a Revolução de 1817 na Capitania do Rio Grande e presidiu a junta provisória que governou por 28 dias. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_de_Albuquerque_Maranh%C3%A3o>; Juvino César Paes Barreto (2/2/1847 – 9/4/1901) nasceu em Aliança/PE, filho de coronel insurgente da Revolução Praieira (1848). Instalou a primeira fábrica de tecidos (1888) em Natal e construiu vila, escola, capela e prestou assistência médica para os operários. Conseguiu um grande número de alforrias de escravos, pelo que foi condecorado com a Imperial Ordem da Rosa, pelos serviços prestados à causa abolicionista. <<http://chagaslourenco.blogspot.com/2011/09/juvino-barreto.html>>; Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (11/1/ 1864 –12/5/1902) foi um político e inventor brasileiro. Estudou em Macaíba (RN), Salvador (BA) e Rio de Janeiro, onde iniciou seus estudos de engenharia na Escola Politécnica. Posteriormente, passou a se interessar pela aviação e construiu diversos pequenos modelos de pipas e projetou um dirigível que incorporava ideias revolucionárias, o Potyguarania, o qual, porém, nunca chegou a ser construído. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Severo_de_Albuquerque_Maranh%C3%A3o>; Auta de Souza (12/9/1876 – 7/2/1901) nasceu em Macaíba/RN contraiu tuberculose aos 14 anos. Abandonou os estudos e dedicou toda a vida em busca de cura. Nesse seu percurso, tornou-se poeta bastante reconhecida no Estado. <<https://poemia.wordpress.com/2008/07/27/auta-de-souza-pequena-biografia/>>; Manoel Segundo Wanderley (6/4/1860 – 14/1/1909) foi médico, professor do Ateneu Norte-riograndense, poeta e dramaturgo. Publicou sua poesia em livros e sua obra é considerada como fortemente influenciada por Castro Alves. <<http://literaturapotiguar.blogspot.com/2010/01/segundo-wanderley.html>>.

Igualmente, se refere à resistência dos indígenas que se iluminavam por clarões e sons vindos da floresta, “vozes estranhas que estrondeavam como trovões” e os quais contribuíram para o seu nascimento, desencadeando paixões indomáveis, envoltas pelo ódio, vingança e cobiça que interferiram sobre a cidade por um longo período. Apesar disso, a cidade prosperou e chegou ao século XX como um oásis, se tornou a “Rainha das Dunas” (DANTAS, 1909), que se fez vida, vitoriosa apesar da luta, mas que precisava ser modernizada e transformada em urbe, em uma cidade moderna. Era a vontade em “[...] acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes das mãos do criador, ou na luz sem sombra da primeira manhã” (FOUCAULT, 1984, p.18). Lá estava, antes mesmo de existir, algo superior a confirmar e abençoar sua origem, mas forças posteriores a impediram de dar seguimento a seu destino manifesto de se tornar uma grande cidade.

Dantas continua a narrativa, que traz em vários momentos suas próprias contradições, ressaltando a intenção de abordar a cidade de forma simples, corriqueira, de realizar um passeio (um *picnic*, ressalta ele), como se o viver urbano não fosse algo complexo e não devesse ser tratado nos seus aspectos igualmente complexos e cuja visão do conferencista vinha sendo destrutada pelo jornal “O Bloco”. A simplicidade do cotidiano seria o mote para descrever seu desejo em transformar os destinos da cidade do Natal, para tratar o espaço e o tempo a ser ultrapassado, e como forma de conclamar os ouvintes de sua palestra a entrar naquela aventura que se efetivaria, a partir daquele momento, na cidade. Essa peripécia partiria da realidade das intervenções transformadoras sobre o espaço urbano a que “foi posta a ‘andar” (FERREIRA; DANTAS, 2006, p.38) e lhe daria os fundamentos para seguir adiante, precisos cinquenta anos, para vislumbrar o futuro reservado à cidade. Assim, ao encerrar a primeira parte de seu discurso, evoca Natal a renascer sob nova forma, conclamando: “*Surge et Ambula!*”.

Antes de iniciar a apresentação de um novo tempo, convida a plateia a se encontrarem num lugar denominado “Perigo Iminente” (Figura 06). O “Perigo Iminente”, dramatizado e metaforizado, coloca para os ouvintes uma imagem que lhes era familiar e que havia sido construída historicamente: tratava-se das dunas circunvizinhas ao bairro símbolo do moderno, o Cidade Nova, cujas condições de implantação e prescrições urbanísticas foram estabelecidas pela Resolução nº 55 de 30 de dezembro de 1901.



Figura 06 – Cidade Alta, 1904. Ao fundo, vê-se as dunas que circundam a capital, o “Perigo Iminente”, de Manoel Dantas.

Fonte: BOUGARD, 1904. Acervo IHGRN.

Assim, se referia a região dunar onde fora implantado o bairro, antes uma área abandonada pelo poder público e ocupada por “cabanas em desordem” (A REPUBLICA, 1901, p.1), como eram classificadas pelo jornal “A República”. A operação urbanística nela realizada pelo governo, não sem a denúncia e o desacordo da oposição, destruiu os casebres ali localizados e delineou espaços mais ventilados em atendimento aos princípios higienistas da época, associado a outras medidas reguladoras, contidas na mencionada Resolução. Dessa forma, criou-se solo qualificado para se promover a expansão da cidade como alternativa à tendência de concentração das áreas iniciais e de suas precárias condições de salubridade. A tão indesejada imagem de cidade colonial tinha começado, nessa intervenção, a desaparecer.

A decisão em criar um novo bairro e seu ideal de explorar o potencial de Natal foi alvo de comentário de Manoel Dantas em 07 de janeiro de 1902, quando explana em editorial:

Vê-se dessa resolução que o Governo Municipal compreendeu as vantagens e [o] futuro grandioso da Cidade Nova, como o bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades mais importantes do mundo. [...] a lei municipal tomou as providências básicas de edificação urbana, providenciando sobre a orientação das ruas, grande largura das avenidas e ruas transversais, separação das casas, [...]. O governo está empenhado [...] na construção de uma cidade que seja o futuro padrão da glória norte rio-grandense (A REPUBLICA, 1902, p.1).

A Cidade Nova é, portanto, o local adequado para abrigar as ideias de Dantas, e acerca do “Perigo Iminente”, consiste em um “morro célere, a leste da cidade, que nem todos os senhores conhecerão pelo nome, porém todos certamente conhecem pelo aspecto imponente” (DANTAS, 1909, p.9). A denominação dada a tal acidente geográfico fazia alusão a seu mau uso e ao conseqüente ameaçador problema ambiental, tratado por ele mesmo em 1901, no qual mencionou:

[...] está começando a desmoronar-se para o lado da cidade. Primeiramente, consentiu-se a ação destruidora dos lenheiros acabasse a vegetação que cobria o morro e fixava as areias. Depois, não sabemos com que intuito, ou em virtude de que desleixo, fez-se uma espécie de caminho do plano para o cimo do morro que se tornou o esporte favorito da garotagem vadia que todas as tardes se exercitam naquela subida, preparando o caminho às areias e determinando a futura destruição de parte desta capital (UM PERIGO..., 1901, p.1).

A descrição deste cenário assustador e impactante lembrava que a cidade do Natal fora construída sobre dunas móveis, a mercê da ação do vento. Razão que, inclusive, a deixara isolada do restante do Estado durante anos, ao dificultar a construção de vias circulatórias e colocar como únicas opções de interligação ao interior a Estrada de Ferro Central (inaugurada somente em 1904, ligando a capital ao vale de Ceará-Mirim e à região seridoense), uma via carroçável e um caminho fluvial pelo rio Potengi, usando pequenas embarcações.

A imagem aterradora que Dantas retrata era a de uma cidade coberta pela areia, sepultada pelo deslocamento dos morros situados em frente ao bairro Cidade Nova. Para corroborar, o conferencista recorre a catástrofes ditas “naturais” ocorridas em outras cidades – e em temporalidades diversas: *Herculanum*, Pompéia e São Pedro de Martinica. Diante desses exemplos, concluía que a solução seria sua ocupação por uma estrutura moderna, protegendo-a e tornando-a uma cidade desenvolvida.

A retenção parcial dos morros no entorno da cidade parece ter sido priorizada após a criação do bairro, conforme artigo “Devastação dos morros” – publicado no “A Republica”⁸. Eram ações da Intendência municipal que imprimiu uma “luta incansável” contra o “Perigo Iminente”, empreendendo medidas coercitivas àqueles que, muitas vezes por desinformação, mas para própria subsistência, retiravam a cobertura vegetal que ainda a protegia:

O digno e honrado presidente do governo municipal, o nosso prezado amigo coronel Joaquim Manuel, tendo a ciência de que vários indivíduos estavam barbaramente devastando os morros do Morcego e da Areia Preta, abrindo roçados e queimando o mato, mandou ali os guardas e fiscais da Intendência, que proibiram a devastação e prenderam um dos indivíduos encontrado em flagrante delito de infração das posturas municipais (DEVASTAÇÃO, 1902, p.1).

A motivação que conduzia a ação do poder público na cidade desde o final do século XIX era contaminado pela crença vigente em um “progresso inevitável” e desejável. Predominava, portanto, o olhar de quem queria destruir mais rapidamente esse “passado em ruínas”, não importando a cidade que havia sido construída até aquele momento, sua cultura e seus lugares. Afinal, pode-se dizer “as distorções destrutivas da tradição foram, todas elas, provocadas por homens que haviam tido a experiência de algo novo, que tentaram quase instantaneamente superar e resolver em algo velho” (ARENDR, 2001, p.56).

O palestrante se vale de um problema abordado anteriormente, incorporando-o em sua visão para a cidade (inclusive se apropriando do nome, Perigo Iminente), uma vez que, em 1959, as areias móveis e as ocupações questionáveis teriam sido solucionadas, tornando o local,

[...] um dos pontos mais atraentes da cidade, com seus cassinos e hotéis monumentais coroados de altos terraços, onde os aeroplanos vêm aterrar; as estações da estrada de ferro aérea que corre pela crista dos morros [...]; as escadarias de mármore e de granito descendo para o mar e para a planície [...]; as casas de campo dependuradas das encostas como ninhos; um misto de progresso e de poesia; a harmonia das coisas; o consórcio do passado e do futuro (DANTAS, 1909, p.12-13).

⁸ Apesar do artigo não ter sido assinado na época, o próprio Dantas confirma como de sua autoria na palestra de 1909.

A RAINHA DAS DUNAS, A CIDADE CAMINHA A PASSOS DE GIGANTE

Ao percorrer o caminho em passos largos, para se chegar em 1959, Dantas descreve, nesse terceiro momento, a chegada à cidade de um processo sustentado pelas inovações tecnológicas, que ele previa. Ressalta a condição propícia para aceitar as novidades e, principalmente, destaca que era preciso estar ávida por experimentá-la. Para se chegar ao futuro, o primeiro passo seria desobstruir os atávicos traços de provincianismo e atraso. Isso implicava, principalmente, em redirecionar o acaso na redução das distâncias entre Natal e o Mundo Civilizado. Daí a providência de dotá-la de acessibilidade, interligando-a interna e externamente a partir de um sistema de transportes eficiente: por um lado, “tubos pneumáticos, aeroplanos, *tramways* e ascensores elétricos” (representados na Figura 07), e por outro, um

[...] trem da estrada de ferro transcontinental que, partindo de Londres, passa o canal da Mancha, percorre a Europa e o Norte da Ásia, atravessa o estreito de Bering, corta a América do Norte, galga o cimo dos Andes, desce pelos campos gerais de Mato Grosso e Goiás, segue o Vale do São Francisco, paira sobre a Cachoeira de Paulo Afonso – uma fantasmagoria através das luzes de miríades de lâmpadas elétricas – e vem terminar em Natal (DANTAS, 1909, p.16-17).

A construção de um grande porto resolveria definitivamente o tema do funcionamento do ancoradouro existente, ineficaz até aquele momento. No cerne da questão, está a necessidade que se tinha de maior inserção no mercado mundial. Isto porque, até fins do século XIX, a capital não dispunha de porto adequado para o transporte de mercadorias, dificultado em seu acesso pela decorrência dos afloramentos rochosos na entrada da barra do rio, que limitava o calibre das embarcações. Essa questão já era de conhecimento do Poder Público, quando em 1893 se cogitou “[...] melhorar a entrada do porto de Natal, [...], dando-lhe maior profundidade e fazendo desaparecer a grande sinuosidade do canal que [dava] acesso ao ancoradouro interno fronteiriço à cidade”, culminando com a instauração da Comissão de Melhoramentos do Porto no mesmo ano (CASTRICIANO, 1904, p.22). As obras e os serviços se estenderiam por décadas, até a criação do Porto Organizado de Natal, na década de 1930 (SIMONINI, 2014).



Figura 07 – Natal, 1959, sob o olhar de Dantas, nos traços de Marco Aurélio Duarte Pinheiro da Câmara. A representação futurista possibilita uma meta-representação: o imaginário torna-se imagem.

Fonte: LIMA, 2000.

Nutrido pela necessidade histórica e pelo imaginário local que o isolamento se constituía, de fato, o empecilho para o progresso da cidade, Dantas constrói sua proposta de cidade moderna mais sedutora recorrendo uma solução muito ousada e audaciosa para o porto que abrigaria navios de grande tonelagem, como o idealizado transatlântico “Cidade do Natal”, de 40 mil toneladas. Provavelmente, a engenharia do início do século XX teria tecnologia própria para executá-la de modo que se tornasse viável economicamente seu ambicioso projeto:

[...] no vasto porto que se construirá anos antes adiante dos arrecifes, por meio de dois molhes gigantescos, partindo, um, da ponta do Morcego, outro da ponta de Genipabu, como dois braços enormes querendo apertar num amplexo hercúleo as ondas revoltas do mar alto [...] (DANTAS, 1909, p.17).

A atividade do porto, a estação ferroviária transcontinental e a vinda de turistas transformariam a cidade, dando condições para se criar um centro industrial e comercial tocado pela “máquina do progresso”. Porém, a ligação de Natal ao mundo por essas vias de circulação de base física não seria suficiente, era necessário a celeridade na comunicação que o mundo moderno exigia. Assim, a cidade manteria os recursos de transmissão à distância, em que a energia elétrica (um dos grandes símbolos do progresso daquele momento) teria importante papel: “No alto desse edifício [a redação da República, com vinte andares], num mostrador enorme, que, à noite, a eletricidade ilumina cores caprichosas, são exibidas, de minuto a minuto, as notícias de última hora que vão chegando de todas as partes do mundo pelo telégrafo sem fio e as linhas especiais”, imaginava o conferencista (DANTAS, 1909, p.20).

Conectada ao mundo, Dantas se volta ao arranjo do espaço interno da cidade de Natal e, numa organização zonificada⁹ da cidade, mostra sua ideologia funcionalista, segregacionista e excludente, predominante em parte do planejamento urbano. Cada bairro teria função própria e abrigaria uma camada específica da população. Com a atividade potencialmente mais evidente a lhe caracterizar, descobre as incorporações e as influências próprias das cidades modernas do final do século XIX. O novo bairro portuário, onde circulariam uma população cosmopolita, formada por marinheiros e operários, contaria com restaurantes, cafés-concerto além dos equipamentos peculiares a atividade ali desenvolvida como docas, armazéns de depósito, enfim “uma espécie de pandemônio onde se ostentassem os esplendores e as misérias da população” (DANTAS, 1909, p.19); o bairro comercial, tradicional, se modernizaria inclusive no redesenho de seu traçado colonial, apresentando, agora, o xadrez de ruas, alto comércio, estabelecimentos representativos da avançada atividade financeira, edifícios com vinte andares, onde “a cidade parece reclinada sob um dossel luminoso que às vezes se agita como ondas procelosas” (DANTAS, 1909, p.20).

Haveria ainda os bairros residenciais da aristocracia, a cidade artística, “onde a riqueza impressiona pelo luxo e o bom gosto das construções” e os bairros operários, especialmente o Alecrim. Para este foi apresentado não um prognóstico concreto de melhorias, mas, invocando a imagem romântica e paternalista – própria dos reformadores sociais do século XIX – a que a grupos dominantes veem os mais pobres, o descreve poeticamente ao afirmar que o bairro “pelos séculos adiante jamais

⁹ O zoning, “auténtico instrumento de defesa de los valores del suelo y de discriminación social, al evitar reglamentariamente que la aparición de usos, tipologías y grupos sociales indeseables se interfieren y supongan una amenaza a la estabilidad funcional y social de determinados espacios urbanos” teve as primeiras experiências na Alemanha e nos EUA na última década do século XIX (LÓPEZ DE LUCIO, 1993, p.84).

perderá a força embriagadora do seu lirismo, divino, [...], onde as almas dos humildes e dos simples vêm aprender [...] a sonhar” (DANTAS, 1909, p.21-22).

Os bairros consolidados – e mais densamente ocupados até aquele ano de 1909, Cidade Alta e Ribeira –, seriam o palco das resistências e conflitos entre o passado, o presente e o futuro, em que “o aborígene”, provavelmente, se oporia “à invasão do progresso” e se tornaria “o dique de suas tradições”, porém a cidade superaria, se transformando a cada instante (DANTAS, 1909, p.20-21).

Assim, pode-se ver que a Natal moderna não somente se libertaria do seu passado colonial, mas de todo o seu passado, não importando a implicação da perda de sua memória e, logo, da sua identidade. O símbolo do novo sobrepujando o antigo se encontraria no centro da principal praça da cidade, a estátua do “Gênio” Pedro Velho, que subjugaria “com uma mão firme a hidra do mal e apontando com a outra para uma placa de cristal onde o Destino escreve esta legenda: Façam o progresso que eu mantenho a ordem” (DANTAS, 1909, p.21). Mais tarde, nas palavras de Câmara Cascudo sobre uma cidade sem passado, tal ordem seria confirmada, tendo em vista a manutenção do status quo político da oligarquia. Com ela, uma possível consequência desse outro lado do futuro ideado é corroborada e coroada:

Do ponto de vista estritamente moderno esse desgastamento rápido foi um benefício. Natal é uma cidade sempre nova, sem casario triste e sujo, sem sobradões lúgubres que ainda o Recife é obrigado a manter. Cidade pequena e pobre teve recompensa da sua pequenez e humildade, não dando problemas maiores aos seus futuros administradores (CASCUDO, 1948, p.1).

Dantas complementa que o processo de transformação física de Natal tomaria impulso em 1920, para precisar o momento exato e determinar quem seria o responsável pela execução do veredito final. Essa previsão aponta para o período do quinto ou sexto mandato do coronel Quincas Moura, como era conhecido o então intendente, Joaquim Manoel Teixeira¹⁰. O conferencista o compara ao Barão Haussmann, por ter transformado durante sua administração, com “vontade enérgica”, as feições antigas, “sepultando-a na sombra de uma recordação do passado para ceder lugar a Natal moderna, bela e radiante, com suas avenidas, parques e praças, com suas árvores, sombreando asfalto e oxigenando o ar” (DANTAS, 1909, p.26). A capital ficaria marcada pela grandiosidade de suas construções, com áreas verdes parques e praças arborizadas as quais consistiriam em lugares de descanso, de refúgio e de prazer estético: “O ponto de atração, o conforto de toda essa gente são os morros as dunas alvas, a espaços cobertas de verdura, onde a vaga vem espriasse de mansinho com uma carícia voluptuosa de amante saciada” (DANTAS, 1909, p.17).

Natal contaria ao longo destes 50 anos com milhares de pessoas (passageiros, moradores, visitantes, entre outros), transformando-a numa metrópole. Ao ultrapassar o perímetro urbano por ele determinado, e claro mais viável e conhecido, o conferencista avança, a sudoeste da capital, na expansão da distribuição de funções e usos pelo território circundante, onde vislumbra o “burgo industrial” e a “cidade de campo com suas hortas e seus vergéis” ou mesmo, na direção norte e nordeste, os depósitos de minerais e a indústria da pesca. Ao consolidar uma tendência já estabelecida pelas atividades ali existentes com tendência a áreas industriais, agrárias, pesqueiras e de entreposto mineral, finaliza seu

¹⁰ Joaquim Manoel Teixeira foi intendente de Natal entre 1899 e 1909 e era amigo próximo de Manoel Dantas.

zoning e pressagia: “Natal arremessa-se pela terra adentro, conquistadora, indomável” (DANTAS, 1909, p.22).

Ao continuar se afastando fisicamente do “Perigo Iminente”, sua visão futurista extrapola os limites da capital e ganha novos ingredientes que, solucionados, ajudariam a chegar ao futuro desejável. Assim, reconhece que a pungência da capital seria o inesperado resultado de uma ação concreta para o combate aos efeitos das secas, flagelo implacável o qual, há séculos, obstruía o desenvolvimento da região. Segundo Dantas, após a construção da barragem do “Gargalheiras”¹¹, Eloy de Souza, então senador do estado (e na alegoria, o subsecretário de Estado para os negócios da seca), teria ficado “[...] impressionado com um interessante fenômeno meteorológicos que se observa naquelas paragens” (DANTAS, 1909, p.23). Tratava-se da mudança climática, com aumento das nuvens em decorrência da grande quantidade de água armazenada no açude¹². As copiosas chuvas, a criação de diversas lagoas artificiais e sistemas de irrigação fomentariam, em várias regiões do estado, as atividades agrícolas, cuja riqueza seria escoada por Natal.

A narrativa revela, enfim, as estratégias para continuação de uma legitimidade que começava a ser questionada, a prática possível para manter o exercício do poder sobre a cidade. O recurso da linguagem como persuasão da razão, da ideia que, mesmo sendo fantasia de um indivíduo, traz contido a sedução da possibilidade de se tornar real depois de vinte anos de expectativa e espera, desde 1889, quando Pedro Velho assumiu a administração do Rio Grande do Norte. A fim de ratificar tal legitimidade e marcar para eternidade a presença física dos personagens históricos (e os relacionados à Oligarquia Albuquerque Maranhão) os quais o palestrante elegera como representativos, haveria a “Via Sacra da Liberdade” – como denominou o panteão formado por heróis norte-rio-grandenses –, além da presença de estátuas espalhadas pela cidade (DANTAS, 1909, p.25).

A representação que se pode extrair do texto de Manoel Dantas (Figura 08), além de revelar as ideias do próprio autor, também pode ser compreendida como uma manifestação da mentalidade que predominava entre a elite republicana de Natal a respeito da imagem de cidade moderna que se queria construir. A cidade bela, promissora e redentora, lugar onde todos os negócios poderiam ser bem-sucedidos. Uma proposta para um futuro melhor. Um apelo para se apostar no tempo, para que o otimismo deixasse de ser apenas uma ilusão.

Quando lá chegarmos, seremos velhos e a velhice, dizem uns, é a eterna matadora de ilusões. Para as senhoras, então, a velhice é um verdadeiro purgatório. / Não penso assim. A mocidade tem o encanto da beleza, mas a velhice tem a majestade da sabedoria (DANTAS, 1909, p.30).

¹¹ O açude foi projetado em 1909, mas o início da construção se deu em 1913 e finalizado em 1959.

¹² As palavras de Dantas (1909, p.24) possuem forte ressonância dos ideais da “Escola Pluvífera”, assim denominada durante os debates no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro por ocasião da seca de 1877, ocorrida na região nordeste do país, quando diziam que: “Os açudes haviam formado uma zona de evaporação permanente e contínua, que repelia o alísio, fechando para uma grande parte do sertão a porta sinistra da seca” (SILVA; FERREIRA; SIMONINI, 2013).

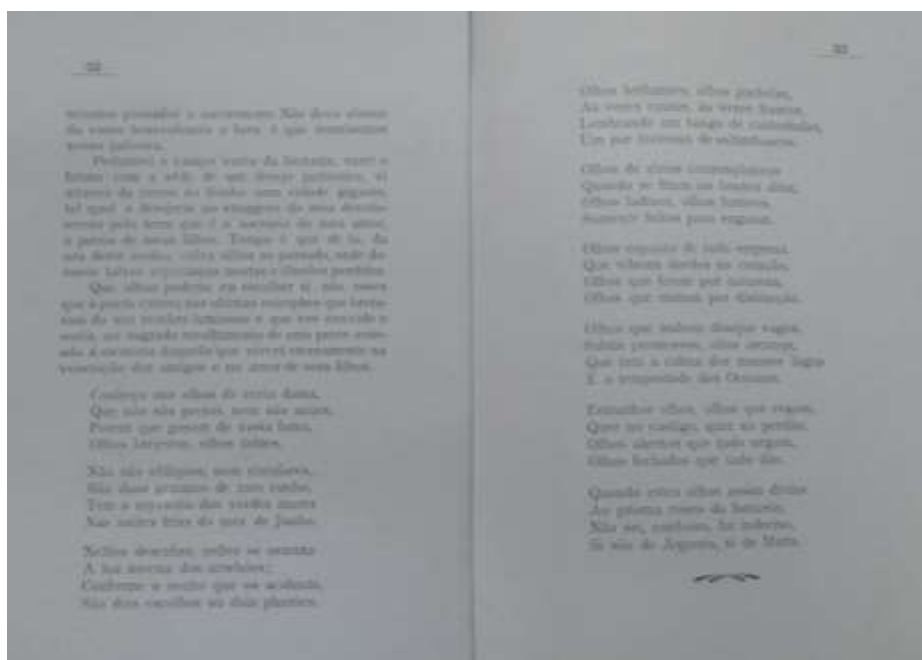


Figura 08 – Trecho final do discurso de Dantas. O uso do lirismo confere ao texto o cenário para a aventura proposta pelo conferencista.

Fonte: Acervo HCUrb.

Dantas, por fim, recorre novamente ao tempo para ser o juiz de seu fantástico discurso, no qual a sabedoria da velhice mostraria se a ilusão perdurará ou terá um fim, mas igualmente desvela um caminho em aberto. Conta com incontestabilidade dos fatos narrados, afinal como se trata de uma projeção de 50 anos, poucos serão aqueles que testemunharão suas previsões e comparecerão ao seu convite.

Demos tempo ao tempo, e ainda nos restam cinquenta anos para cuidarmos dos nossos negócios e envelhecermos à espera desses melhoramentos. / Os senhores não de notar que fui um tanto otimista. / Paciência! Quem ama o feio, bonito lhe parece. / Demais, não faltarão jornalistas de oposição para afirmar, por dever do ofício, que vamos em regresso e que, daqui a cinquenta anos, Natal será um montão de ruínas (DANTAS, 1909, p.28).

O conferencista não poderia ter contado com o imprevisível: a Segunda Grande Guerra Mundial. A instalação das bases aéreo-navais, estadunidense e brasileira, o conseqüente impulso de crescimento demográfico (quando o número de habitantes da cidade quase dobrou) e a dinamização das atividades predominantemente urbanas fizeram surgir novos problemas e desafios para os anos 1940 e nas décadas seguintes. O momento não deixou de confirmar, em parte, a imagem criada de uma cidade não mais pacata e em contato com as inovações tecnológicas, sem, naturalmente, as extravagantes estruturas sonhadas; passados quase cinquenta anos, Natal ganhou finalmente seus traços “modernos”. De qualquer forma, naquela primeira década do século XX, Dantas vislumbrou tal desejo de modernização, que ganharia outros contornos a posteriori, mas principalmente o de manter o anseio no coração e nas mentes daqueles 240 pagantes em 21 de março de 1909.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do pensamento ocidental mostra que o tema da utopia veio à tona em vários momentos, particularmente quando se voltava para as qualidades ideais de vivência humana, em seu sentido original, “especialmente en las líneas de trabajo ligadas a la creación de imaginarios literários”, ou numa concepção ensaística que avalia o destino humano, contrapondo o mundo das ideias ao da realidade (NAVARRO, 2016, p.2). Nesse sentido, surge sob a forma de utopismo da organização espacial – materializada pelos planejadores urbanos, arquitetos e engenheiros que buscaram aliar o desejo e o concreto em seus projetos urbanos –, ou como utopismo do processo social, fundamentado na temporalidade e dialética da mudança da sociedade, mas não na forma espacial como bem explica David Harvey (2006).

As rápidas transformações espaciais das cidades europeias ao longo do século XIX, decorrente do grande fluxo populacional e intensa inserção tecnológica – ambos diretamente ligados à Segunda Revolução Industrial –, evidenciaram inicialmente seu despreparo e se tornaram, nas palavras de Peter Hall (2013), as “Cidades da noite apavorante”, lugares insalubres, perigosos e inadequados à vida cidadina. Nessa conjuntura, ressurgiu o pensamento utópico que, numa perspectiva urbana, buscava idealizar, recriar e alterar a fisionomia das cidades. Para Jacques Le Goff (1996, p.35), os “Socialistas Utópicos”, denominação dada a esses pensadores novecentistas, “[...] tentavam dar uma resposta às difíceis condições de vida dos trabalhadores urbanos, através de proposições ideais que procuravam solucionar as graves questões sociais e urbanas do período, sobretudo a partir da melhoria das condições de habitação”. Diferente de sua contraparte científica, os utopistas acreditavam na transformação socioespacial sob o viés burguês (BARROS, 2016).

Alicerçada por tais questões, a análise recorre ao contexto em que a narrativa, no caso utópica, se constrói e o momento em que ela é publicizada, remetendo a Peter Burke (2008, p.158) quando diz que pensar tais representações significa entendê-las como “pistas importantes para o mundo em que foram contadas”. Uma vez que estas representações definem as propriedades dos discursos, para Roger Chartier (1994, p.101), sua interpretação são “[...] procedimentos de acreditação específicos” que compreende o mundo de acordo com o pensamento de indivíduos de uma determinada época e de tudo o que estes tomam como verdade.

O contexto em que Dantas tergiversa sua narrativa se fundamenta num momento inquietante para Natal, principalmente no que viria a posteriori. Até 1908, a cidade recebeu investimentos que permitiram seu “aformoseamento” baseado em princípios estéticos e higienistas, além de ter iniciado as obras de melhoramento do seu porto. Esse projeto de modernização, contudo, teve um alto custo, com endividamento público e posterior desgaste da elite oligarca local. Os empecilhos ainda persistiam – atravancando o seu rápido progresso e o necessário desenvolvimento econômico.

A identificação desses obstáculos permeia o texto da conferência e, assim, podem ser enumerados: 1) a oposição e o não reconhecimento das ações que favoreciam as mudanças; 2) o local sobre o sistema dunar onde fora implantada, impedindo construção de estradas e invadia a cidade e o rio; 3) o isolamento da capital em relação ao restante do estado que a mantinha até aquele momento sem importância econômica; 4) a precária infraestrutura que não a integrava ao Brasil e ao mundo seja para se fazer conhecida, exportar sua produção seja para receber do exterior as inovações; 5) o traçado colonial com suas ruas estreitas e desalinhadas; e 6) as consequências das secas para a economia estadual. É justamente destruindo cada uma dessas vicissitudes que Dantas constrói sua fala.

Busca, dessa forma, mais do que seduzir as elites “para as conquistas do espírito humano e para a realização do projeto de modernidade” (LIMA, 2000, p.51); procura dar voz aos anseios da elite norte-riograndense que começava a ver a cidade sendo transformada desde o início do século XX. Se a cidade, nas palavras de Kevin Lynch (1980, p.67), “é uma construção no espaço, mas uma construção de grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo”, Dantas projetou um tempo determinado de 50 anos. Nesse tempo, cria uma interpretação futurista, mas igualmente utópica, fundamentada na superação dos entraves acima assinalados. Trata-se de um tipo particular de utopismo, no qual a intenção não era a superação das desigualdades sociais, mas a criação de uma cidade perfeita no qual sua exequibilidade em tão pouco tempo tornava um empreendimento um projeto idealizado, ou seja, utópico. Para que o espaço e o tempo fossem ultrapassados, no entanto, os ouvintes e a elite política e intelectual deveriam aderir a esse processo.

O conferencista propôs sua visão de modernidade ao detalhar a configuração social do espaço, a infraestrutura comercial e industrial, os serviços urbanos, o desenvolvimento e a expansão dos limites urbanos e a solução do problema causado pelas estiagens. Para tanto, evocou imagens como barragens colossais, prédios magníficos, estradas de ferro transcontinentais, molhes gigantescos sobre o mar, terraços e jardins suspensos, telas luminosas e noticiário simultâneo aos acontecimentos mundiais. Dantas, em seu discurso, foi portador de um novo conteúdo, deixando-se perpassar ~~perpassando-se~~ por um ideal de futuro que o próprio autor acreditava ser o modelo de progresso. É pertinente, aqui, acrescentar ao debate a leitura realizada por Aina D. López Yáñez e Emilio Martínez Gutiérrez (2016, p.5), quando mencionam que é possível aludir essa ideia de progresso também como uma forma de pensamento utópico, uma vez que “la complejidad teórica de la idea de progreso, por su parte, deriva del hecho de que su tesis principal reposa sobre un conjunto de creencias secundarias o sub-tesis sobre el hombre y la sociedad que presentan una organización interna”.

Nesse sentido, Natal se tornaria “uma sociedade de mercado, com um parque industrial altamente desenvolvido, para os padrões vigentes no início do século XX” (LIMA, 2000, p.29). Mas, nesta construção, “a temporalidade dos processos sociais, a dialética da mudança social – a história real – são suprimidas ao passo que a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa” (HARVEY, 2004, p.213). Em outras palavras, a cidade ideal – utópica – seria imutável e, logo, condenava seu próprio futuro. A cidade se tornaria moderna somente pelo desejo confesso das elites e das condições econômicas favoráveis; o restante da população seria colocado à margem, aceitando pacificamente as transformações e o seu papel nessa nova sociedade.

A palestra, além de ser uma peça conformatória da ação de modernização que se pretendia realizar na cidade e no estado, também é um discurso defensivo, uma produção que foi concebida pelo representante do governo, construída pela seleção de fatos interpretados segundo seus interesses, que resultou na narrativa de uma verdade. Muitas vezes, a narrativa suprime parte da verdade para preservar os interesses dos que estão envolvidos, portanto fabricam-se discursos direcionados a produzir, na prática, comportamentos e condutas; que pretendem incorporar gestos necessários ou convenientes e regras de civilidade (CHARTIER, 1990).

Foi apresentada a cidade moderna a qual Manoel Dantas queria construir. Percebe-se que a narrativa indicava sinais de que reconhecia a maneira como os ouvintes davam sentido ao discurso dominante e mesmo compreendendo a existência de uma “tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou da comunidade e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer” (CHARTIER, 1990, p.106). Trata-se, portanto, de um procedimento

discursivo que implica na elevação do detalhe ao plano central de análise, podendo se constituir numa densidade à relação entre os fatores que determinaram uma experiência histórica, o qual possibilita adquirir valor e significado na rede de significações ampliada da sociedade envolvida pela narrativa.

A posição intelectual do conferencista permitia-lhe agregar os interesses locais a um projeto geral de modernização (e conseqüente negação do passado colonial), iniciado desde 1889. Era, portanto, o momento oportuno para introduzir alternativas de novas espacialidades urbanas incorporando tecnologias futuristas. A palestra foi, logo, revestida da intenção circunstancial de conquistar aos que ansiavam por mudanças, particularmente os que queriam se ver inseridos no projeto de modernidade vigente no mundo capitalista ocidental. O propósito era integrar Natal ao mundo, colocando-a no patamar da “metrópole do oriente da América”, ideia presente em qualquer proposta que negasse a realidade da pequena cidade provinciana. Os ouvintes foram submetidos a uma narrativa que considerou a interpretação do autor, ao se utilizar de fatos os quais ratificam os “procedimentos de acreditação específicos” (CHARTIER, 1994, p.101).

Em sua interpretação, Dantas destaca os investimentos promovidos pelo governo até aquele momento, ressalta os que deviam ser otimizados e prioriza os aspectos da infraestrutura urbana, que possibilitavam maior transformação da cidade – com verticalização e ocupação de novas áreas – e das finanças locais. Isso garantiria o desenvolvimento de atividades econômicas específicas, além da superação do problema causado pelos efeitos das secas, reconhecido fator de atraso ao progresso.

Todavia, o discurso utópico de Manoel Dantas se revestiu com ares de excentricidade. Em outras palavras, sua narrativa possuía traços da ideia original de Thomas Morus no que diz respeito a “dimensión fabuladora, ingenua y creativa” (NAVARRO, 2016, p.2). Isso é perceptível na leitura da Revista Perigo Iminente, publicada em comemoração aos 100 anos da Conferência, que existem interpretações pelo viés da narrativa de uma farsa, criada apenas para divertir, feito por um homem que dominava a arte da retórica (PERIGO..., 2006). Se pensar na sua fala como um apelo imagético extravagante, pode-se perder o que ele tencionava transmitir, nas entrelinhas do seu inusitado discurso. Haveria então certa intencionalidade para camuflar a repulsa da cidade ainda colonial, justificar o excessivo dispêndio de gastos públicos, e manter o grupo político dominante, diante da perspectiva de um futuro brilhante, ainda que utópico? Para além das críticas veladas e da negação das ruas “impossíveis”, parece que Dantas almejava despertar nos ouvintes algo ademais do desejo de transformar o espaço urbano, e alimentar uma utopia, quiçá, por cinquenta anos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pela concessão de bolsas e auxílio financeiro e ao HCUrb pelo acesso à documentação e apoio à pesquisa.

REFERÊNCIAS

Documentais

A República, Natal, p.4, 14 jul. 1889.

A República, Natal, p.1, 14 jan. 1901.

A República, Natal, p.1, 07 jan. 1902.

CASTRICIANO, Henrique [1902-1906]. *Seleta: textos e poesia*. ALBUQUERQUE, José Geraldo (Org). Natal: Escola Doméstica, 1993.

DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Imprensa Official, 1909.

DEVASTAÇÃO dos morros. *A República*, Natal, n.274, ano 14, 22 dez. 1902.

FEITOSA, Polycarpo [1899]. *Vida Potyguar*. Natal: Sebo Vermelho, [200-?].

UM PERIGO Imminente. *A Republica*, Natal, n. 48, ano 13, 31 mar. 1901.

Gerais

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001. Coleção Debates, n. 64.

ARRAIS, Raimundo. O mundo avança! Os caminhos do progresso na cidade de Natal no início do século XX. In: BUENO, Almir de Carvalho (org.). *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2009. p.159-193.

BARROS, José D'Assunção. Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial. *RIPS*, v. 15, n. 2, p.223-238, 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/7752/8503>>. Acesso em 09 out. 2018.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASCUDO, Luis da Câmara [1947]. *História da Cidade do Natal*. Natal: IHG/RN, 1999.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

DANTAS, George A. F. *Natal, "Caes da Europa": o Plano geral de Sistematização no contexto de modernização da cidade (1929 – 1930)*. 142f. 1998. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (Org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna, Natal (1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRAGO CLOLS, Lluís; MARTINEZ-RIGOL, Sergi. Las utopías urbanas del siglo XIX, herencias y carencias: la carencia social frente la herencia técnica. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., Barcelona, 2016. *Anais eletrônicos...* Barcelona: UB, 2016, p.1-13. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/FragoMartinez.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1996.

LIMA, Pedro. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

LOPES DE LUCIO, Ramón. *Ciudad y urbanismo a finales del siglo XX*. València: Universitat de València, 1993.

LOPEZ YÁÑEZ, Aina D.; MARTINEZ GUTIÉRREZ, Emilio. La dimensión utópica de la idea de progreso. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., Barcelona, 2016. *Anais eletrônicos...* Barcelona: UB, 2016, p.1-21. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/LopezMartinez.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

NAVARRO, María Isabel. Utopías: Lugares y no lugares en la construcción visual de la utopia. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., Barcelona, 2016. *Anais eletrônicos...* Barcelona: UB, 2016, p.1-30. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/xiv-coloquio/MaisaNavarro.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

OLIVEIRA, Giovana Paiva. A conferência de Manoel Dantas: a elite natalense construindo a imagem de cidade moderna. In FERREIRA, Angela; DANTAS, George (Org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna, Natal (1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2006, p.121-136.

Perigo Iminente, Natal, 21 mar. 2009.

SILVA, Adriano W.; SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. Engenheiros criadores de chuva: a 'Escola Pluvífera' e o 'Gargalheiras'. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO

GEOGRÁFICO, 3., e ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA HISTÓRICA, 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: PPGG/PosGeo, 2012, p. 1-19. Disponível em: <http://xporadic.com/gt_6/GT%206-%20133%20-%20SILVA_SIMONINI_FERREIRA.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

SIMONINI, Yuri. *Ribeira, Técnica versus Natureza: transformações em prol de um “projeto” de modernização (1860-1932)*. Natal: EDUFRRN, 2014.